



13
041

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª Câmara Cível

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0133665-4/02

Juízo de Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaboatão -

Juiz: Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Leonardo Ramalho Luz

Embargado: Poligraf Ltda.

Advogado: Dr. Rommel Araújo Farias Mergulhão

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

17 5530

EMENTA: PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIMENTO. SEM MODIFICAÇÃO NO JULGADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA BASE DE 10%. INTELIGÊNCIA DO § 4º, ARTIGO 20, DO CPC. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Reflete-se a omissão na decisão embargada.

2 - É cabida a alegação do embargante de que a decisão embargada, ao não fazer menção acerca dos dispositivos legais utilizados para a fixação das verbas condenação em honorários advocatícios.

3 - Embargos acolhidos. Sem modificação do julgado.

4 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0133665-4/01, em que se figura como embargante a Poligraf Ltda e como embargado o Estado de Pernambuco.

Acordam os Desembargadores que integram a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em conhecerem os presentes embargos, para acolhê-los sem modificar o conteúdo decisório, no sentido de apenas acrescentar a decisão embargada que: "em face da evidente convergência com a jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça. Além de também condenar o Estado albergado no art. 20, §

JP

14
✓
042
4º do Código de Processo Civil ao pagamento dos honorários advocatícios na base de 10% (dez por cento), sobre o valor total da condenação".

Recife, 26/01/2010



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

043

7ª Câmara Cível

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0133665-4/02

Juízo de Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaboatão -

Juiz: Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Leonardo Ramalho Luz

Embargado: Poligraf Ltda.

Advogado: Dr. Rommel Araújo Farias Mergulhão

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que, acolheu os Embargos de Declaração nº 0133665-4/01, a fim de declarar a omissão existente, acrescentando a decisão hostilizada, a condenação do Estado de Pernambuco ao pagamento dos honorários advocatícios na base de 10% (dez por cento), sobre o valor total da condenação.

Alega o Estado embargante que o aresto embargado incorreu em omissão, pois deixou de informar o dispositivo que legal que embasou tal fixação, além de não mencionar os critérios utilizados para se chegar ao percentual de 10% (dez por cento).

Requer, ao final que sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão existente.

Recife, 26/01/2010

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª Câmara Cível

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0133665-4/02

Juízo de Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaboatão -

Juiz: Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Leonardo Ramalho Luz

Embargado: Poligraf Ltda.

Advogado: Dr. Rommel Araújo Farias Mergulhão

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

VOTO

O inconformismo do embargante reside contra acórdão que, sob sua óptica, incorreu em omissão, pois deixou de mencionar os dispositivos legais utilizados para a fixação dos honorários advocatícios.

No presente caso, vislumbro omissão da decisão embargada.

Assim, há de ser acolhida a tese trazida a lume pelo embargante, porquanto o acórdão embargado incorreu em omissão. Porém sem alteração do cunho decisório.

Conforme reza o art 1º do Decreto-Lei 1.025/69 após serem atendidos os critérios objetivos fixados no Código de Processo Civil (§ 3º, a, b, c, art. 20, CPC) compete ao julgador a apreciação equitativa para a fixação do percentual dos honorários advocatícios entre o mínimo e máximo legal, ou seja, entre 10% a 20%.

Todavia nas causas em que vencida a Fazenda Pública, o julgador não fica adstrito aos percentuais mínimo e máximo previstos no art. 20, § 3º do Código de Processo Civil.

A presente irresignação volta-se unicamente contra o percentual fixado a título de honorários advocatícios pela decisão recorrida.

17
2
045

Neste ponto, deve-se observar o § 4º, artigo 20, do Digesto Processual Civil, dispositivo adiante transcrito:

"Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior."

É fácil percebermos que as mencionadas alíneas, por seu turno, referem-se ao grau de zelo do profissional; lugar da prestação do serviço; e natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

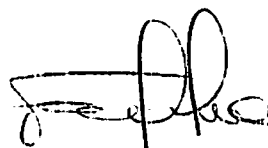
Desse modo, verificando o presente zelo do causídico na condução do feito, apenas reafirmo o percentual dos honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) incidente sobre **o valor da condenação**.

Em face do exposto, conheço e acolho os embargos de declaração, a fim de declarar a omissão existente, acrescentando a decisão hostilizada, como o que se segue:

"... em face da evidente convergência com a jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça. Além de também condenar o Estado albergado no art. 20, § 4º do Código de Processo Civil ao pagamento dos honorários advocatícios na base de 10% (dez por cento), sobre o valor total da condenação."

É como voto.

Recife, 26/01/2010



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator